



Política de prevenção à lavagem de dinheiro

Versão 1.3 – janeiro de 2026

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

INDICE

1. Propósito e Abrangência	3
2. Base Legal.....	3
3. Responsabilidade	5
4. Cadastro e fiscalização do Passivo	7
5. Da Cadastro e Fiscalização ao Ativo.....	8
6. Contratação Prestadores de Serviço	10
7. Relatório de PLDCFT	10
8. Comunicação	11
9. Treinamento de PLDCFT	12
10. Documentação e Armazenamento	12
11. Revisão e Programa de Compliance	12
12. Controle de Versões	13

1. Propósito e Abrangência

Este documento (“política de prevenção à lavagem de dinheiro”, “PLD” ou “Política”) tem como objetivo estabelecer o padrão e adequação das atividades operacionais e controles internos da Parcitas Investimentos em relação à prevenção e combate de lavagem de dinheiro, ocultação de bens e valores, financiamento do terrorismo e deveres de todos os Colaboradores das respectivas gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. (conjuntamente, “Parcitas”)

A abrangência desta política se aplica a todos aqueles profissionais que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia ou de estágio com a Parcitas (“Colaboradores”).

2. Base Legal

Esta Política é um componente essencial das diretrizes e regras que norteiam os controles de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo aplicáveis a todos os Colaboradores, refletindo o compromisso da organização com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”), além do cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

Esta política de prevenção à lavagem de dinheiro orienta as ações e decisões de todos os Colaboradores, assegurando que as atividades da Parcitas sejam conduzidas de maneira ética, transparente e em conformidade com os mais altos padrões regulatórios.

2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam esta política de PLD da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários, estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.
- Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021: Trata da prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/CFT), exigindo rigorosos controles internos e procedimentos para mitigar esses riscos.
- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.

- Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05 de 2014: Fornece orientações sobre os procedimentos relativos ao funcionamento de fundos de investimento, registro de investidor não residente e as atividades de administração de carteiras, consultoria e análise de valores mobiliários.
- Ofício Circular CVM/SIN/Nº 05/2015: Orienta sobre as rotinas e controles internos relativos à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- Manual de Ética da Anbima: Em vigor desde 1º de julho de 2021, estabelece os princípios éticos e de conduta para as instituições associadas, incluindo a Parcitas.
- Manual Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (AGRT): Define as melhores práticas para a administração e gestão de recursos de terceiros, sendo de cumprimento obrigatório para a Parcitas.
- Manual Anbima de Certificação: Que orienta e define as exigências acerca das certificações obrigatórias para exercício da atividade de gestão de recursos.
- Norma Anticorrupção: Regulamentada pela Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e pelo decreto nº 11.129 de 11 de julho de 2022, responsabiliza administrativamente e civilmente as pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
- Lei da Lavagem de Dinheiro: Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e estabelece o Conselho de Controles de Atividades Financeiras.
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”): Lei nº 13.709/18, de 14 de agosto de 2018 que estabelece diretrizes claras para a coleta, uso, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais no Brasil, garantindo que tais informações sejam tratadas com segurança e transparência. O objetivo principal da LGPD é proteger os direitos fundamentais de privacidade e a liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico e tecnológico.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

2.2. Interpretação da Política

Para a interpretação dos dispositivos desta política, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.

- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

2.3. Aplicabilidade da Política

As disposições desta política aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução CVM 175.

Esta política também foi elaborada sobre os preceitos do Manual de Conduta da Parcitas que serve como uma bússola ética e regulatória, orientando as ações de todos os colaboradores que atuam para assegurar que a empresa opere dentro dos mais altos padrões de conformidade e integridade. O cumprimento rigoroso dessas diretrizes é essencial para preservar a reputação da Parcitas e garantir a sustentabilidade de suas operações em um ambiente regulatório complexo e dinâmico.

3. Responsabilidade

A coordenação direta das atividades relacionadas a esta política é uma atribuição do diretor estatutário responsável pela gestão de riscos, compliance, controles Internos e de prevenção à lavagem de dinheiro da Parcitas ("Diretor de Riscos e Compliance"), nos termos da Resolução CVM 21.

O diretor de riscos, compliance, controles internos e de prevenção à lavagem de dinheiro tem amplo, irrestrito e tempestivo acesso a qualquer informação relacionada à atuação da Gestora, possibilitando, dessa forma, que os dados necessários para o exercício de suas atribuições e dos demais colaboradores da equipe de compliance, especialmente no que tange ao efetivo gerenciamento dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo relacionados à esta política possam ser eficaz e tempestivamente utilizados.

Sem prejuízo, a alta administração da Gestora, representada por seus sócios-administradores, será responsável pela aprovação da presente política, bem como deverá:

- a. Estar tempestivamente ciente dos riscos de conformidade relacionados à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo;
- b. Assegurar que o diretor de riscos, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo tenha independência, autonomia e conhecimento técnico suficiente para pleno cumprimento dos seus deveres, assim como pleno acesso a todas as informações que julgar necessárias para que a respectiva governança de riscos de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo possa ser efetuada;
- c. Assegurar que os sistemas de monitoramento das operações, bem como que as situações atípicas estejam alinhadas com o “apetite de risco” da instituição, assim como podem ser prontamente customizados na hipótese de qualquer alteração na respectiva matriz de riscos de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo; e
- d. Foram efetivamente alocados recursos humanos e financeiros suficientes para cumprimento dos pontos anteriormente descritos.

Observado o disposto acima, a Parcitas adota como método para garantir a governança ao cumprimento das obrigações da presente política, bem como da regulamentação que trata de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, sistemática própria para garantir o fluxo interno de dados, bem como avaliação interna de risco de lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo.

Os colaboradores da Parcitas passam por treinamento nas matérias de que trata da política de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, devendo empreender monitoramento contínuo das atividades da Parcitas, nos termos da regulação aplicável.

É responsabilidade de todos os Colaboradores da Parcitas, no âmbito das atividades que desempenham, compreender e agir em conformidade com o conteúdo deste documento, bem como com as normas legais e regulatórias aplicáveis. Caso o Colaborador tenha conhecimento de informações ou situações em atividades envolvendo lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e corrupção, deverá obrigatoriamente informar o diretor de riscos e compliance ou algum dos membros do Comitê de Riscos e Compliance da Parcitas Investimentos, para que sejam tomadas as devidas providências.

Toda comunicação com a equipe de risco e compliance é tratada de forma confidencial e deve ser realizada por meio do e-mail compliance@parcitas.com.br ou através do Canal de Denúncias disponível para os Colaboradores no parcitas.com.br/canal-de-denuncias.

A Parcitas incentiva seus Colaboradores a reportarem atividades que não estejam em conformidade com esta Política, contribuindo assim para garantir que as operações da empresa estejam alinhadas com as leis e regulamentações vigentes. A Parcitas garante a

inexistência de retaliações contra Colaboradores que relatem, de boa-fé, possíveis violações. deste documento. No entanto, Colaboradores que se omitirem dessa responsabilidade poderão estar sujeitos às sanções estabelecidas neste Manual de Controles Internos.

Se a violação ou suspeita envolver o próprio Diretor de Risco e Compliance, o Colaborador deverá comunicar o fato aos demais administradores, diretamente ou por meio do Canal de Denúncias disponível.

4. Cadastro e fiscalização do Passivo

Nos termos da ICVM 50, são considerados clientes sujeitos a esta Política, os investidores, pessoas naturais ou jurídicas, com os quais a Gestora mantivesse “relacionamento comercial direto”. A Gestora não possui clientes direto, pois não realiza: (i) gestão de carteiras administradas; (ii) gestão patrimonial de clientes, conforme definição do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros; (iii) gestão de fundos ou veículos de investimento exclusivos e/ou restritos; e (iv) distribuição de seus próprios fundos ou de terceiros. Desta forma está dispensada de realizar o cadastro e fiscalização dos cotistas dos fundos de investimento sob sua gestão para fins de PLDFT.

No âmbito do item (iv), é de responsabilidade da Gestora, contratar o serviço de distribuição de cotas, em nome do fundo, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, conforme determina a Resolução CVM n 175 de 23/12/22, e, portanto, se assegurar que os Distribuidores contratados possuam controles e processos adequados para cumprir com as leis e normas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo na sua esfera de atuação.

Para maior informação do processo de contratação, por favor atentar-se ao Manual de Controles Internos da Parcitas.

Por fim, não configura relacionamento comercial direto, para fins desta política, o mero repasse, pela Gestora, de ordens de aplicação e resgate enviadas pelos distribuidores ao administrador (boletagem), tendo em vista que, nesses casos, o relacionamento comercial direto com o cliente continua sendo desempenhado pelo distribuidor.

A despeito de não possuir clientes diretos, a Gestora possui sistema e controle diário do passivo dos fundos, contendo histórico de posições, movimentação de aplicações e resgates.

Caso a Gestora passe a desenvolver uma das atividades descritas acima que possa configurar “relacionamento comercial direto” com clientes, a presente política será revista e a Gestora deverá adotar os procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo necessários relativamente a tais clientes diretos.

5. Da Cadastro e Fiscalização ao Ativo

A área de Riscos e Compliance realiza um monitoramento, sob responsabilidade do Diretor de Nas operações ativas, o “cliente” deve ser entendido como o emissor do ativo adquirido e/ou a contraparte da operação, sendo a Gestora responsável pelo seu cadastro e monitoramento, se for o caso, devendo observar o disposto no item a seguir, ressalvadas as exceções aqui previstas.

5.1. Processo de Identificação de Contrapartes

A negociação de ativos financeiros para as carteiras sob gestão da Gestora deve ser objeto de análise, avaliação e monitoramento para fins de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

A Gestora possui monitoramento de identificação de contraparte realizado por sistema em tempo real adequado às características e especificidades dos negócios. O objetivo é prevenir que a contraparte utilize as carteiras sob gestão para atividades de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

Os ativos e valores mobiliários elencados a seguir, em função de sua contraparte e do mercado nos quais são negociados, já passaram por extenso processo de verificação, nos permitindo classificá-los como baixo risco relativo a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e eximir a Gestora de diligência adicional em relação ao controle da contraparte.

Podemos citar: (i) ofertas públicas iniciais e secundárias de valores mobiliários, registradas de acordo com as normas emitidas pela CVM; (ii) ofertas públicas de esforços restritos, dispensadas de registro de acordo com as normas emitidas pela CVM; (iii) ativos e valores mobiliários admitidos à negociação em bolsas de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, custódia ou de liquidação financeira, devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida; (iv) ativos e valores mobiliários cuja contraparte seja instituição financeira ou equiparada; e (v) ativos e valores mobiliários de mesma natureza econômica daqueles acima listados, quando negociados no exterior, desde que (vi) sejam admitidos à negociação em bolsas de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, custódia ou de liquidação financeira, devidamente autorizados em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM, ou (vii) cuja existência tenha sido assegurada por terceiro devidamente autorizados para o exercício da atividade de custódia em países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, ou supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM.

5.2. Controle do Preço dos Ativos e Valores Mobiliários Negociados

A Gestora possui sistema automatizado com vistas a controlar e monitorar a faixa de preços dos ativos negociados para as carteiras sob sua gestão, de modo que eventuais operações

efetuadas fora dos padrões praticados no mercado, de acordo com as características do negócio, sejam identificadas e, se for o caso, devidamente reportadas.

Neste sentido, (i) no caso de títulos públicos: é verificado se o preço negociado está abaixo ou acima de um percentual dos preços máximo e mínimo divulgado pela Anbima; (ii) para ações: o túnel de preço verifica se o preço negociado está dentro de um percentual sobre a amplitude de preço do dia anterior; (iii) ativos líquidos: verifica se o preço está abaixo ou acima de um percentual do preço de mercado da hora; (iv) no caso de ativos ilíquidos (ainda que não praticados pela Parcitas): se o caso, o valor deverá ser suportado por laudo de avaliação elaborado pela Gestora, por terceiro independente e especializado e/ou por quem o regulamento do fundo indicar.

5.3. Exemplos de Operações Suspeitas

As situações listadas abaixo podem configurar indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613, ou podem com eles relacionar-se, devendo ser analisadas com especial atenção e, se e quando consideradas suspeitas pelos colaboradores, nos termos da ICVM 50: (a) realização de operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de ativos e valores mobiliários para o fundo, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade econômico-financeira; (b) resistência ao fornecimento de informações necessárias para o início de relacionamento ou para a atualização cadastral, oferecimento de informação falsa ou prestação de informação de difícil ou onerosa verificação; (c) apresentação de irregularidades relacionadas aos procedimentos de identificação e registro das operações exigidos pela regulamentação vigente; (d) solicitação de não observância ou atuação no sentido de induzir funcionários da instituição a não seguirem os procedimentos regulamentares ou formais para a realização de operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de ativos e valores mobiliários para o fundo; (e) quaisquer operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de ativos e valores mobiliários para o fundo envolvendo pessoas relacionadas a atividades terroristas listadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas; (f) realização de operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários, qualquer que seja o valor da aplicação, por pessoas que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento; (g) operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários fora dos padrões praticados no mercado; (h) realização de operações que resultem em elevados ganhos para os agentes intermediários, em desproporção com a natureza dos serviços efetivamente prestados; investimentos significativos em produtos de baixa rentabilidade e liquidez, considerando a natureza do fundo ou o perfil do cliente/mandato da carteira administrada; e (i) operações nas quais haja deterioração do ativo sem fundamento econômico que a justifique.

6. Contratação Prestadores de Serviço

A Parcitas não opera com entidades/prestadores que não sejam devidamente habilitados em suas respectivas jurisdições de origem, tampouco com bancos ou instituições que não tenham presença física nas jurisdições onde atuam, ou que não pertençam a algum grupo financeiro devidamente regulado.

Neste sentido, no processo de contratação de seus colaboradores, prestadores de serviço e parceiros, a Parcitas adota meios investigativos com vistas a sempre atestar a sua idoneidade e reputação.

7. Relatório de PLDCFT

O relatório de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo é de responsabilidade da Diretoria de Riscos, Compliance e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo e deve ser formalizado, e, encaminhado à alta administração da Parcitas anualmente, até o último dia útil de abril de cada ano, conforme calendário estipulado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Dentre as informações contidas no relatório, a Parcitas Investimentos deverá classificar em baixo, médio e alto risco de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, observadas as métricas abaixo descritas, todos os: (i) produtos oferecidos; (ii) serviços prestados; (iii) respectivos canais de distribuição e ambientes de negociação e registro em que atue; e (iv) principais prestadores de serviços.

Levando em conta os elementos acima, a Gestora declara que:

- Desenvolve, exclusivamente, atividades de gestão de fundos de investimento multimercado (FIM) abertos à captação, conforme descrito em seu Formulário de Referência;
- Não realiza a distribuição de fundos próprios;
- Possui todos os clientes pessoas físicas distribuídos por terceiros apenas no modelo “por conta e ordem”;
- Suas atividades são altamente reguladas e supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA;
- Os fundos sob sua gestão contam com administradores fiduciários e distribuidores devidamente registrados e supervisionados pela CVM e ANBIMA; e
- Os ativos adquiridos pelos fundos são negociados em mercados organizados com contraparte central ou operações bilaterais com bancos devidamente regulados em suas jurisdições autorizadas.

Desta forma, a Gestora classifica como baixo o risco de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo associado aos produtos, serviços, canais de distribuição, ambientes de negociação, principais prestadores de serviços e por não possui clientes diretos e, portanto, não adota classificação por grau de risco relativamente aos cotistas dos fundos sob gestão.

A Gestora realizará reavaliações na ocorrência de qualquer fato novo que possa alterar o cenário acima.

8. Comunicação

A Gestora deverá comunicar a Unidade de Inteligência Financeira/COAF todas as situações e operações atípicas apuradas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da conclusão da análise que as caracterizou, abstendo-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela a qual se refira a informação. Cada reporte deverá ser trabalhado individualmente e fundamentado da maneira mais detalhada possível, sendo que nele deverão constar, sempre que aplicável, as seguintes informações:

- a. A data do início de relacionamento do comunicante com a pessoa autora ou envolvida na operação ou situação;
- b. A explicação fundamentada dos sinais de alerta identificados;
- c. A descrição e o detalhamento das características das operações realizadas;
- d. A apresentação das informações obtidas por meio das diligências que qualifiquem os envolvidos, inclusive informando tratar-se, ou não, de pessoas expostas politicamente, e que detalhem o comportamento da pessoa comunicada; e
- e. A conclusão da análise, incluindo o relato fundamentado que caracterize os sinais de alerta identificados como uma situação suspeita a ser comunicada para a Unidade de Inteligência Financeira/COAF.

As comunicações de boa-fé não acarretam, nos termos da lei, responsabilidade civil ou administrativa às pessoas referidas no caput deste artigo.

A Gestora e todas as pessoas físicas a ela vinculadas registradas junto à CVM, desde que não tenha sido prestada nenhuma comunicação à Unidade de Inteligência Financeira/COAF, devem comunicar à CVM anualmente até o último dia útil do mês de abril, a não ocorrência no ano civil anterior de situações, operações ou propostas de operações passíveis de serem comunicadas (declaração negativa).

Será de responsabilidade do diretor de riscos, compliance e prevenção a lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo as comunicações relativas à Gestora descritas acima.

9. Treinamento de PLDCFT

O treinamento de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo abordará informações pertinentes a legislação e atividades desempenhadas pela Gestora descritas na presente Política e identificação de operações suspeitas relacionadas à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo.

O treinamento será realizado anualmente, sendo obrigatório a todos os colaboradores e os certificados de conclusão, individual de cada profissional, permanecerão arquivados pelo diretor de riscos, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo da Gestora por, pelo menos, 05 (cinco) anos.

Quando do ingresso de um novo colaborador, o Diretor de riscos, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo aplicará a este o devido treinamento de forma individual. O Diretor de Riscos, Compliance e PLD poderá ainda, conforme achar necessário, promover treinamentos esporádicos visando manter os colaboradores constantemente atualizados em relação à presente política.

10. Documentação e Armazenamento

Todas as decisões relacionadas a presente política tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail e todos os materiais que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco) anos e disponibilizados para consulta.

11. Revisão e Programa de Compliance

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade às normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos e/ou por si definidos. Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

Código	Controle Interno	Executor	Frequência	Verificador
PLD_1	Controle do Passivo do Fundo	Operações	Diária	Compliance
PLD_2	Monitoramento de Preços Ativos	Riscos	Diária	Compliance
PLD_3	Monitoramento de Contraparte	Riscos	Diária	Compliance
PLD_4	Registro “não ocorrência” COAF	Compliance	Anual	Compliance
PLD_5	Relatório de PLDCFT	Compliance	Anual	Compliance
PLD_6	Atualização da Política PLDCFT	Compliance	Anual	Compliance
PLD_7	Aprovação da Política	Compliance	Anual	Compliance
PLD_8	Treinamento de PLDCFT	Compliance	Anual	Compliance

12. Controle de Versões

Nome do documento:	Política de PLD
Área de emissão:	Riscos e Compliance
Responsável:	Rodrigo Cefaly de Aranda Gatti

Data	Versão	Número de Páginas	Nome do Aprovador
10.04.23	1.0	11	Comitê de Riscos e Compliance
25.03.24	1.1	11	Comitê de Riscos e Compliance
26.05.25	1.2	13	Comitê de Riscos e Compliance
02.01/2026	1.3	13	Comitê de Riscos e Compliance



parcitas
i n v e s t i m e n t o s